

CDU 301(81)

**ANTECEDENTES ESPECULATIVOS DA SOCIOLOGIA NO
BRASIL (1881-1932)**

Sebastião Vila Nova

Superintendente do Seminário de
Tropicologia da Fundação Joaquim
Nabuco

Como bem captou Antônio Cândido (1967, p. 2107), as primeiras manifestações especulativas da sociologia no Brasil das duas últimas décadas do século XIX estão intimamente ligadas ao direito e ao evolucionismo:

O jurista foi o intérprete por excelência da sociedade, que o requeria a cada passo e sobre o qual estendeu o seu prestígio e maneira de ver as coisas. Mas como as teorias dominantes na segunda metade do século se achavam marcadas pelo surto científico de então, notadamente a Biologia, que saiu dos laboratórios para se divulgar de maneira triunfante, os juristas mergulharam na fraseologia científica e se aproximaram, nesse terreno, dos seus pares menos aquinhoados, médicos e engenheiros, que com eles formavam a tríade dominante da inteligência brasileira. (Idem)

Data de 1881 a publicação do primeiro livro a ensaiar abordagem parassociológica no Brasil. Trata-se da **Introdução à história da literatura brasileira**, de Sílvio Romero, na qual se "estabelecem as diretrizes que orientaram por muito tempo os

estudos sociais no Brasil, ao interpretar o sentido da evolução cultural e institucional segundo os fatores naturais". (Idem)

Além das teorias de Herbert Spencer, foi decisiva a presença das idéias de Auguste Comte no pensamento social do Brasil de então. Menos o Comte do **Cours de Philosophie Positive** que o do **Systeme de Politique Positive**; menos o jovem Comte da crítica epistemológica da filosofia social e proposta de uma ciência empírica da sociedade que o Comte da maturidade, oposto ao primeiro, voltado para a filosofia da história e preocupação com a criação de uma religião da humanidade; menos o Comte de E. Littré que o Comte de Pierre Lafitte. Dessa maneira, o Comte mais influente no pensamento brasileiro terminou sendo o da "teoria dos três estados", da concepção evolucionista da sociedade, do lema "ordem e progresso" (Smith, 1971, p. 84).¹ Assim, a concepção organicista e evolucionista da sociedade, presente tanto em Comte quanto em Spencer, estão na origem do pensamento sociológico no Brasil.

Entre nós, a primeira discussão teórica digna de nota em torno da sociologia aconteceu dentro da chamada "Escola do Recife", e é de autoria de Tobias Barreto, em suas **Glosas heterodoxas a um dos motes do dia, ou variações anti-sociológicas**, publicado em duas partes em 1884 e 1887, respectivamente (Cândido, 1967, p. 2107). Decididamente anti-positivista, Tobias Barreto descarta a possibilidade de uma "ciência da humanidade" — uma "pantosofia", como ele a denominou — em moldes naturalistas, dado o caráter historicamente contingente do comportamento humano. Opondo-se ao nominalismo de Spencer, entendia que a unidade social é o grupo, e não o indivíduo, afinando, dessa maneira, com a posição realista do próprio Comte, apesar de criticá-lo (Idem).

As **Glosas** de Tobias Barreto teriam réplica, em 1895, através de Sílvio Romero, em **Ensaio de Filosofia do Direito**. Defendendo a legitimidade teórica de uma ciência autônoma da sociedade, Sílvio Romero recorre ao conceito spenceriano de "superorgânico" para identificar as realizações rigorosamente universais da humanidade, para ele redutíveis aos domínios da política, economia, religião, ciência e estética (Cândido, 1967, p. 2108). O mais representativo da contribuição de Sílvio Romero ao pensamento sociológico no Brasil não está na sua produção teórica, mas na sua atividade etnográfica, principalmente no que diz respeito às tradições orais e

à arte popular, tendo sido ele o primeiro a coletar e organizar esse tipo de material entre nós (Idem). **A poesia popular no Brasil** (1883) e **Contos populares do Brasil** (1885) figuram entre os clássicos da literatura brasileira a respeito das tradições orais do nosso povo. Além de adepto das idéias de Comte e Spencer, Sílvio veio, na maturidade, a adotar os métodos de Le Play, dos quais foi divulgador no Brasil (Idem). Ao lado de Clóvis Beviláqua e Augusto Franco, situa-se Sílvio Romero dentro da tendência denominada por Antônio Cândido como “biologismo mitigado” (Idem) naquele momento da inteligência brasileira.

Como nota Oracy Nogueira, “o evolucionismo facilitaria o advento das teorias racistas de Lapouge, Gobineau, Buckle e Chamberlain” (Nogueira, 1981, p. 188). Ademais, “com o determinismo racial convergia o determinismo geográfico, no sentido de criar dúvidas nos intelectuais brasileiros sobre a viabilidade de uma sociedade nacional”. (Idem). Daí Sílvio Romero, em seu escrito sobre a sociedade brasileira, classificar a população branca como “superior”, e a negra como “inferior” (Apud Nogueira, 1981, p. 189). Assim, “duas questões — a racial e a geográfica — ficaram por muito tempo atravessadas na garganta de quantos se preocupassem com o futuro da sociedade nacional”. (Ibid. p. 188).

No entanto, afigura-se “ao mesmo tempo sintomático e paradoxal que, entre tantos comtistas exaltados ou moderados, só um se destacasse enquanto pensador social, organizado e sistemático”. (Chacon, 1977, p. 26). Este foi Alberto Sales. Publicista e republicano apaixonado, Alberto Sales não se limitou a repetir as idéias do mestre, mas foi além, dedicando-se principalmente à reflexão em torno dos fenômenos políticos. Para Luiz Washington Vita (1965), ele foi o “ideólogo da República”. Nele reflete-se notavelmente o ideal comtiano de uma ciência social voltada para a resolução dos problemas nacionais através da psiquiatria. Este o sentido do seu **Estudo científico sobre disciplina e ação partidária**, significativamente publicado em 1888, às vésperas da proclamação da República, e, principalmente, da sua **Ciência política**, publicada em 1891.

Entre os precursores da sociologia no Brasil, Lívio de Castro, “médico interessado em antropologia física e fisiologia nervosa, mas com pendor irresistível para os problemas sociais” (Cândido, 1967, p. 2108), merece referência pelo seu **A mulher e a sociogenia**, publicado na última década do sé-

culo XIX. Aí, sem jamais empregar a palavra "sociologia", Lívio de Castro aborda a questão da suposta inferioridade da mulher — para ele uma realidade orgânica, decorrente, contudo, de fatores sócio-culturais atuando sobre o processo de evolução filogenética da mulher — à luz da craniometria de Broca (Idem). Do mesmo modo que Lester Ward, nos Estados Unidos, é Lívio de Castro, morto aos vinte e sete anos, um precursor do movimento feminista, ao denunciar a opressão da mulher e o seu confinamento às atividades domésticas como inconciliáveis com a sociologia moderna (Idem).

Momento de especial importância na fase especulativa da sociologia do Brasil é o que resulta do trabalho desenvolvido pelo paulista Paulo Egídio de Oliveira Carvalho. A ele se deve a introdução e divulgação no meio intelectual brasileiro de algumas das formulações básicas de Émile Durkheim, ao mesmo tempo em que as idéias deste último provocavam polêmica na França. Sua produção de maior peso é precisamente uma crítica ao capítulo III de **As regras do método sociológico**, no qual Durkheim, tratando da distinção entre o normal e o patológico, termina por concluir que o crime, manifestando-se regularmente na sociedade, constitui fato normal, de vez que o patológico entraria necessariamente na categoria dos fenômenos excepcionais. Buscando refutar a conclusão de Durkheim, Paulo Egídio emprega, no entanto, os critérios do próprio Durkheim para identificação do fato social, argumentando que a esta categoria pertence a pena, expressão objetiva do repúdio coletivo diante do delito. Discordando de Durkheim quanto a este aspecto, foi Paulo Egídio, por outro lado, entusiástico admirador daquele, sem abandonar de todo a marca spenceriana de sua formação (Cândido, 1954, pp. 510-512). Apesar dos esforços de Paulo Egídio no sentido de divulgar, através de ensaios e cursos, a sociologia no ambiente paulista, durante mais de dez anos, desde os fins da penúltima década do século passado, poucos foram os frutos de sua atividade em São Paulo (Ibid. p. 512). Ali, "até cerca de 1930, a Sociologia não voltaria a manifestar-se de maneira ponderável [...]". (Idem). Como aponta o mesmo Antônio Cândido, as causas deste fato "seriam não apenas a falta de interesse do meio, como a dificuldade de configurar-se, neste, receptividade para os papéis sociais ligados ao exercício desta ciência". (Idem).

Publicado em 1902, **Os sertões**, de Euclides da Cunha, representa outro grande momento na história dos estudos sociais no Brasil. Incumbido de noticiar a repressão da revolta

dos fanáticos de Canudos, no interior da Bahia, Euclides da Cunha terminou por ir bem mais além das funções de repórter, realizando ensaio excepcionalmente penetrante como realização parassociológica a respeito de algumas das mais candentes questões, ainda atuais, da sociedade brasileira.² Apesar de marcado pelo darwinismo social de Gunplowicz, pôde ele indicar com clareza o significado sociológico do isolamento das populações sertanejas, bem como da distância sócio-cultural destas em relação às populações do litoral (Cândido, 1967; p. 2110). Como bem frisou Antônio Cândido, “Os sertões” [...] constituem um marco; pois a partir daí os estudiosos seriam levados irresistivelmente a intensificar o estudo da nossa sociedade de um ponto de vista sistemático superando tanto as preocupações de ordem estritamente jurídica, quanto as especulações acadêmicas”. (Cândido, 1967, p. 2110). Enfim, “Euclides da Cunha impusera definitivamente a realidade brasileira”. (Idem).

De menor projeção do que a obra de Euclides da Cunha, **A América Latina — males de origem**, de Manuel Bonfim, publicado em 1905, representa esforço de compreensão sociológica da situação do atraso sócio-econômico das nações latino-americanas, podendo, sem favor, ser classificado como um precursor da “teoria da dependência”, precisamente por combater as teorias racistas então em voga, enfatizando o “parasitismo social” das nações colonizadoras como causa daquele atraso (Apud Cândido, 1967, p. 2111).³

Preocupado em indicar caminhos para a superação dos problemas brasileiros através de mudanças legais e administrativas, Alberto Torres realizou obra merecedora de atenção no quadro do pensamento parassociológico no Brasil do início do século. De especial importância é a sua compreensão da relação entre raça e ambiente natural no território brasileiro. Para ele, ibéricos, africanos e índios seriam mais adaptáveis às condições naturais do Brasil, enquanto nórdicos, menos adaptáveis às mesmas condições, seriam inferiores em relação aos primeiros quando aqui localizados. No entanto, apesar desse ponto de vista, viu na mestiçagem, seguindo o exemplo de seu mestre, Sívio Romero, um fator de degradação racial (Cândido, 1967, pp. 2112-3).

Combinando as influências de Ammon e Lapouge com idéias de Le Play, Oliveira Vianna representa o “fim da linha de ‘teoria geral do Brasil’ sob um ponto de vista evolutivo”. (Ibid. p. 2113).

Discípulo de Alberto Torres, Oliveira Vianna preocupou-se sobretudo em estudar a formação da sociedade brasileira, buscando em teorias racistas a explicação para os costumes e inclinações do povo brasileiro, notadamente no plano de vida política. Estudando as relações entre condições naturais e atividade econômica, de um lado, e, de outro, modos de ser em sociedade, procurou, em **Populações meridionais do Brasil (1919-1952)**, identificar e analisar os tipos sociais relacionados ao pastoreio, ao bandeirismo e ao cultivo do café (Idem). Em que pese o seu esforço de compreensão da sociedade brasileira, sua contribuição é invalidada pela sua adesão a teorias racistas.⁴

Do período que vai da publicação da **Introdução à literatura brasileira**, em 1881, até a primeira metade da década de vinte, três características são notoriamente dominantes no pensamento parassociológico no Brasil: o organicismo e o evolucionismo, ambos, com diferenças dignas de nota, relacionados a Spencer e Comte, bem como a ligação com as faculdades de direito. Outra característica merecedora de atenção é a perspectiva elitista, tipicamente comteana, refletida na tendência a conceber a organização social como puro resultado das decisões dos que detêm o poder político. Alberto Sales, Alberto Torres e Oliveira Vianna personificam essa tendência.

Se a presença de Spencer é comum à base especulativa da sociedade nos Estados Unidos e no Brasil, o darwinismo social não teve entre nós o peso que teve naquela sociedade, o que provavelmente se explica pela forte presença do positivismo naquele momento da história brasileira. Há que notar que se o intervencionismo aristocrático de Comte era absolutamente inconciliável com o liberalismo norte-americano, harmonizava-se perfeitamente com a formação aristocrática e a tradição autoritária da sociedade brasileira. Pelo mesmo motivo, o darwinismo social pôde fincar raízes tão profundas no pensamento social norte-americano e ter presença insignificante no Brasil.⁵

A década de vinte no Brasil (notadamente no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Recife e em Fortaleza) é marcada por uma acentuada preocupação, nos círculos intelectuais, com as questões educacionais. Essa preocupação se insere no quadro de mudanças pelas quais passava então a sociedade brasileira em todos os planos. Em 1922, acontece em São Paulo a "Semana de Arte Moderna", reflexo da preocupação de alguns artistas — Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Graça Aranha, Villa-Lobos, Portinari, Tarsila do Amaral,

entre outros — em renovar a arte brasileira a partir de uma identificação com as suas raízes tradicionais, conjugada à adesão a idéia das vanguardas européias. Como bem percebeu Maria Isaura Pereira de Queiroz, as manifestações de renovação “não se limitavam ao meio artístico e literário [mas] atingiam também o ‘jardim fechado e vigiado do ensino nacional’ ”. (Queiroz, 1977, p. 132). Em 1922, estoura no Rio de Janeiro a Revolta do Forte de Copacabana, comandada por jovens oficiais, em protesto contra a eleição de Artur Bernardes. Em 1924, revolta análoga eclode em São Paulo, pela mesma razão. Reivindicava-se “o voto secreto, a extensão do voto às mulheres, a formação de uma pluralidade partidária que substituísse o partido único existente”. (Idem). Na mesma década é fundado o Partido Comunista Brasileiro.

Quatro nomes se destacam nessa fase em que a sociologia entra oficialmente na escola secundária no Brasil: Lourenço Filho, Gilberto Freyre, Delgado de Carvalho e Fernando de Azevedo.

O primeiro, “convidado a organizar a Instrução Pública do Ceará, comporta-se lá como sociólogo”. (Cândido, 1954, p. 513). Também lá escreve livro sociográfico sobre a manifestação mais expressiva da reigiiosidade popular naquele Estado: **O Juazeiro do Padre Cícero** (Idem).

Em 1927, Gilberto Freyre consegue fazer incluir a disciplina sociologia na Escola Normal do Recife. Em 1928, em conseqüência da Reforma Fernando de Azevedo, Delgado de Carvalho passa a ensinar a matéria na Escola Normal do Distrito Federal. O ensino da sociologia na escola secundária no Brasil começa, portanto, com dois sociólogos com experiência acadêmica em grandes centros intelectuais do estrangeiro: Gilberto Freyre, com estudos pós-graduados na Universidade de Colúmbia, profundamente marcado pelo culturalismo de Franz Boas; Delgado de Carvalho, que estudara “pessoalmente em Émile Durkheim em Paris e L. T. Hobhouse em Londres”. (Chacon, 1977, p. 140).

Em 1925, Fernando de Azevedo realiza inquérito para o jornal **O Estado de São Paulo**, no qual é levantada a questão do ensino da sociologia a nível secundário (Cândido, 1954, p. 513). Em 1930, com a Reforma Francisco Campos, a nível federal, a matéria é nacionalmente incluída no ensino complementar. Em 1931, a disciplina é decretada obrigatória no ensino público em São Paulo, de início “em nível complementar, no Curso de Aperfeiçoamento de Professores, junto à Escola Normal da Capital, por iniciativa de Lourenço Filho, [...] sen-

do encarregado da cadeira, então estabelecida, Fernando de Azevedo". (Idem).

De Fernando de Azevedo deve-se acrescentar tratar-se, depois do pioneiro Paulo Egídio de Oliveira Carvalho, de destacado propagador das idéias de Émile Durkheim, a partir dos anos vinte, no Brasil.

Em 1926, com inclinação formalista inspirada em fontes germânicas, Pontes de Miranda, incluído por T. Lynn Smith (1971, p. 89) entre os **founding fathers** da sociologia no Brasil, publica **Introdução à sociologia geral**.

Em perspectiva weberiana, opina Florestan Fernandes que "a sociologia se defrontou com dois tipos de obstáculos culturais na sociedade brasileira do século XIX", sendo o primeiro constituído daqueles "que emanavam da incompatibilidade da ordem patrimonial com a livre exploração do pensamento racional", o segundo configurado nos "que provinham de resistências culturais do meio aos fundamentos da concepção científica do mundo". (1977, p. 28). Argumenta Fernandes que o apelo a "técnicas racionais de consciência social poderia ser considerado legítimo, e até necessário, se a sua carência e utilidade para a ordem patrimonialista fosse evidente, como aconteceu com a burocracia e o direito, os quais, afinal eram necessários e assimiláveis pelo patrimonialismo". (Ibid., p. 29). Há razão para admitir que esses obstáculos se prolongaram pelas três primeiras décadas do século XX. Com as transformações políticas e econômicas verificadas a partir de 1930 na sociedade brasileira — fortalecimento progressivo de uma burguesia urbana, declínio da hegemonia política das oligarquias rurais, aceleração da atividade industrial e do crescimento urbano —, começa a emergir nos setores modernos (ou menos tradicionais) da nação a necessidade de conhecimento e controle racional da sociedade, como expresso no **Manifesto** dos que criaram a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.

Aqui, porém, começa outro capítulo da história da sociologia no Brasil.

NOTAS

1. É extremamente escassa a bibliografia específica em torno da história das ciências sociais no Brasil. Como abordagem da perspectiva da história das idéias, é fundamental a contribuição de Vamireh Chacon (1977). Obrigatórios são os textos de Antônio Cândido (1954, 1967), es-

pecificamente sobre a sociologia no Brasil, o primeiro, e em São Paulo, o segundo. Como há de notar o leitor, este texto é predominantemente baseado nele (Cândido, 1967). A contribuição de Oracy Nogueira (In Ferri e Motoyama, 1981) é imprescindível. Ver, ainda, as contribuições de Fernando de Azevedo (1955; 1981), Roger Bastide (1945; 1947), Alfonso Trujillo Ferrari (1981), Octavio Ianni (1989), Antônio Carneiro Leão (1953), Juarez Rubens Brandão Lopes (1973), Djacir Menezes (In Gurvitch e Moore, 1956), Luiz A. Costa Pinto e Edson Carneiro (1955), Maria Isaura Pereira de Queiroz (1971; 1972) e T. Lynn Smith (1971). Só na segunda metade dos anos oitenta é que a pesquisa sistemática sobre o assunto começou a se desenvolver no Brasil através do trabalho conduzido por Mariza Corrêa, na Universidade de Campinas, e Sérgio Micelli, no IDESP, em São Paulo (Ver CORRÊA, 1987 e MICELLI, 1989).

2. T. Lynn Smith exclui Euclides da Cunha da sua lista dos **founding fathers** da sociologia no Brasil, com base no argumento discutível de que "Euclides never considered himself to be a sociologist, and in his work, I find no mention of Comte, Spencer or any other sociologist". (1971, p. 90).
3. Uma interessante interpretação do lugar de Manuel Bonfim na história das ciências sociais no Brasil é a de Darcy Ribeiro (1984).
4. Considera T. Lynn Smith que: "Except for the ideas on racial or zoological determinism expressed in one part of his **Evolução do povo brasileiro**, however, I personally have found his works to be fully equal to any of those published anywhere in the world at the time he wrote". (1971).
5. Nota T. Lynn Smith: "When it did appear, Comte's work embodying the religion of humanity, which his disciples sought to be establish, enjoyed very little popularity in the United States. In part this was probably due to the far-reaching effects of our deep-cutting and protracted Civil War; but the prominent roles played in the intellectual circles of the United States by Protestant clergyman, who saw little of merit in Comte's ideas for remaking religious

life and organization, also probably was a factor. In any case the failure of positivism as a basic for religious activities in the United States was almost total". (1971, p. 85).

6. A expressão "jardim fechado e vigiado do ensino nacional", citada por Maria Isaura Pereira de Queiroz, é de Antônio Cândido, no Prefácio a DUARTE, Paulo. (org.). **Mário de Andrade por ele mesmo**. São Paulo: Edart, 1971, p. xiv.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÂNDIDO, Antônio. Informação sobre a sociologia em São Paulo. In: **Ensaio paulista: contribuição de O Estado de São Paulo**, às comemorações de IV Centenário da cidade. São Paulo: Anhembi, 1954.

_____. A Sociologia no Brasil. In **Enciclopédia Delta-Larousse**. 2. ed. Rio de Janeiro: Delta, 1967. vol. 4.

CHACON, Vamireh. **História das idéias sociológicas no Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo/Grijalho. 1977.

FERNANDES, Florestan. **A sociologia no Brasil: uma contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento**. Petrópolis: Editora Vozes. 1977.

NOGUEIRA, Oracy. **A sociologia no Brasil**. In: FERRI, Mário Guimarães e MOTOYANA, Shozo (org.). São Paulo: Editora Pedagógica Universitária/EDUSP. 1981. 3 vol.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Os anos brasileiros de Roger Bastide. **Cadernos**. São Paulo, n. 10, p. 131-43, nov. (1a. série). 1977.

SMITH, Lynn. Sociology and sociologists in Brazil and United States: Some aspects of their interrelationship, **América Latina**. Rio de Janeiro. a. XIV, n. 1-2, p. 83-97, jan./jun. 1971.

VITA, Luiz Washington. **Ideólogo da República**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1963.

